

Manaus: da “Zirma” dos viajantes a “Maurilia” dos historiadores

Leno José Barata Souza *

Resumo

O artigo visa discutir, em analogia, duas conjunturas históricas da cidade de Manaus: a capital provinciana do XIX que, sob a luz dos viajantes naturalistas, despontava como acanhada e rústica e a Manaus republicana que, sob o punho de uma vanguarda historiográfica positivista local, animava-se pelo progresso e modernidade, ambos patrocinados pelos ricos divididos do *boom* econômico da borracha. Momento de uma profunda e conturbada transformação social e urbana da cidade, dentro do qual se construirá ainda todo um discurso de *belle époque* voltado, sobretudo, para uma oposição encarniçada entre as “duas cidades”.

Palavras chaves: Manaus; Cultura Urbana; Discursos Historiográficos.

Abstract

The article intends to discuss, in comparison, two historical conjunctures of Manaus city: as the XIX century capital of province, which under the light of the naturalistic travellers was bashful and rustic, and the Republican Manaus, that under the first of a local positivism historiographic vanguard, livened up to the progress and modernity, both of them under auspices of high profits of rubber boom period. That moment was of a deep and turbulent social and urban city transformation, when an important *belle époque* concept would construct, concerned above all, to make a vehement opposition between the “two cities”.

Key Words: Manaus; Urban Culture; Historiographic Conpects.

* Mestre em História Social pela PUC/SP. Doutorando do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC/SP

O porto de lenha.

As luzes, brilhando na margem, indicavam que nos achávamos diante de Manaus, outrora chamada Barra do Rio Negro, embora a cidade se erga mais acima deste rio (...) está situada na margem oriental do Rio Negro, a doze milhas de sua confluência com o Amazonas. Assenta-se em terreno irregular, a uma altitude média de uns trinta pés acima do nível do rio.

Alfred R. Wallace, 1849.

Até meados do século XX só se chegava a Manaus pelo rio, especificamente o Negro. Fazendo um exercício podemos imaginar uma “clareira”, rasgada em meio a uma descomunal floresta, que gradativamente ia se formando e surpreendendo os olhos dos muitos forasteiros, que pela enseada do rio Negro entravam pela primeira vez naquela localidade, aportando em um pequeno e, por vezes, principalmente nos momentos de cheia do rio, perigoso ancoradouro todo de madeira situado em frente à Igreja Matriz da cidade.

Ao longo da segunda metade do XIX, a Amazônia foi visitada, observada e descrita, sobretudo por viajantes naturalistas europeus (botânicos, zoólogos e geólogos), que deixaram descrições preciosas sobre a cidade de Manaus, as quais serão exploradas no sentido de oferecer algumas representações da capital décadas antes de se transformar na afamada Manaus da borracha. Urbe efervescida pelas crescentes exportações do látex silvestre e que foi pensada por traços culturais inversos ao perfil do rústico e débil porto de lenha, delineada pelo punho dos viajantes e apreendidos pelas primeiras “tintas” da historiografia regional.

Mas porque tamanha diferenciação a demarcar a existência entre uma e outra cidade? Construções tecidas por ideais tacitamente binários. Que legado “maldito” foi este da Manaus provinciana, construído sob a ótica cultural dos forasteiros europeus e que a cidade republicana da borracha procuraria repelir com todas as suas forças?

Ótica essa longe de ser neutra, uma vez que todo comentário tecido pelos forasteiros trazia consigo motes das experiências culturais européias das quais aqueles viajantes eram herdeiros e defensores; era voltando-se para elas que se construíram perspectivas antagônicas tanto dos espaços visitados, como do “outro”, flagrado em terras amazônicas na imagem do índio “selvagem” e do “bronco” caboclo amazônico.

O historiador amazonense Hideraldo Costa (1995, p. 45), em discussões recentes, destaca este europocentrismo cultural nos seguintes termos: “Eles acreditavam que o modelo

de sociedade a ser seguido pelo mundo afora era o seu. É daquele lugar que eles falam, é dentro dessa perspectiva que constroem o seu olhar investigativo sobre outras sociedades.”

Olhares investigativos firmemente assentados sobre o arcabouço de uma cultura européia, que a época funcionava mesmo como uma cartilha, um manual em que se lia, há pelo menos três séculos, o que eram uns e o que eram outros, tal como sustenta Norbert Elias (1994, p. 23), um conceito de civilização “... expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo”. Enfatizando que “Rigorosamente falando, nada há que não possa ser feito de forma civilizada ou incivilizada”.

Poderíamos até dizer: a consciência nacional. Ele [o conceito] resume tudo em que a sociedade ocidental dos últimos dois ou três séculos se julga superior a sociedades mais antigas ou a sociedades contemporâneas ‘mais primitivas’.

Se houve um século no qual a intelectualidade européia, calcada ainda no racionalismo progressista do pensamento iluminista, foi pródiga em julgar o novo, o diferente, com certeza este foi o XIX, instante, como sustenta Eric Hobsbawm (2001, p. 36), mais europeu da história: “Nunca houve na história um século mais europeu, nem tornará haver”.

Com esta perspectiva, o olhar dos europeus e norte-americanos esquadrinhou, julgou e condenou a cidade de Manaus e sua “gente” desde o início da segunda metade do oitocentos até as vésperas da República, quando Manaus passou a ser o epicentro mundial da produção gomífera, sobrepujando mesmo o estado do Pará e sua grande capital. Concorreram para isto, em suma, dois fatores: o esgotamento ao longo do XIX das reservas paraense de seringueiras e o descobrimento de novas reservas nas calhas altas dos rios Purus e Madeira (em terras amazonenses), bem como a melhor qualidade comercial destas.

Explícitos nuns e implícitos em outros, a maioria dos visitantes descreveu Manaus como um campo de possibilidades, difuso em seu discurso, a cidade é sempre apresentada no que ela poderia vir a ser, caso abandone os seus costumes “primitivos” de cidade-índia e adote os preceitos culturais europeus em todas as suas nuances: políticas, sociais e econômicas.

Impondo mesmo a destruição do tempo da tradição – vivenciado, sobretudo pelos nativos amazônicos, índios e tapuios – não quantificável, cujos ritmos obedeciam ao cotidiano dos costumes, sincronizando-o, a partir de então, a fugacidade de um tempo domesticado,

racional, o “tempo da modernidade”, do qual nos fala Marshall Berman (1986, p. 16), em que estava inserida a sociedade de origem daqueles viajantes.¹

Nos discursos destes visitantes a cidade em seus aspectos urbanos parecia, com seu acanhamento e pequenez, estar completamente “domada” pela grandiosidade da natureza que a cercava. Ela, com sua diminuta e rarefeita população, mais do que transformar os espaços naturais se conformava a eles, nutria-se deles e rendia-lhes homenagem.

Tal relação era, provavelmente, o que mais inquietava e surpreendia os europeus, adeptos de uma política que, sob os auspícios do cientificismo técnico, deveria conformar, domar, subjugar os espaços, configurando-os ao bel prazer de suas necessidades e vontades. A natureza só poderia ser aproveitada, em toda a sua potencialidade, se calcada nesta política racional/cartesiana de domínio dos espaços.

Uma ideologia que, quando aplicada à região, colocava em campos opostos e/ou estranhos o homem, a cidade e a natureza. O primeiro com seus “ranços” culturais primitivos, “despossuído” das técnicas modernas, apresentava-se como não qualificado para usufruir, conduzir e gerenciar os recursos de uma região tão promissora, conformando-se praticamente como um obstáculo ao desenvolvimento cultural e material da urbe.

Assim, tão logo o “entrave” fosse removido, a cidade poderia caminhar em direção a um futuro grandioso que viajantes, como o casal norte-americano Louis e Elizabeth Agassiz (1975, p. 127) de passagem pela cidade em 1866, sustentava ela ter: “Insignificante **hoje**, Manaus **se tornará**, sem dúvida, um grande centro de comércio e navegação” [grifo nosso], mas isto só seria possível quando vencidos os atrasos que animavam o cotidiano da cidade:

Mas, quando se pensa na imensa vastidão de terras cobertas ainda por florestas impenetráveis, nas consideráveis dificuldades que impedem a criação de povoações nesta região: insetos, clima, comunicações difíceis – parece bem longe o dia em que uma população numerosa venha fixar-se nas margens do Amazonas, em que embarcações a vapor venham circular dos seus portos aos do Mississipi e em que todas as nações do globo venham buscar a sua parcela dos ricos produtos desta bacia.

A cidade, conseqüentemente, ficaria condenada à condição de “aldeia mal disfarçada”, não passando de um enclave, uma “clareira”, que serviria apenas como um pano de fundo,

¹ O termo *Tapuya* no início do XVII, referia-se a uma das primeiras nações indígenas – *Tapuya* ou *Tapuyacú* – desaparecida tão logo o contato com os homens brancos se intensificou. No decorrer do XVIII e XIX, o termo passou a significar qualquer indígena que prestasse serviço compulsório. Recentemente passou a ser usado para se referir aos índios “destribalizados”, “genéricos”, que incorporaram os motes culturais do homem branco, destacando-se como um tipo cultural da Amazônia. Cf. MARCOY, 2001, p. 66 e MOREIRA NETO, 1988.

secundária e mal acabada, surpreendida em meio à majestosa, rica e perfeita natureza, e, como desprende da fala dos viajantes, uma surpresa pouco agradável.

Surpresa e inquietação que eram talvez os sentimentos que a cidade inicialmente despertava naqueles forasteiros. Surpresa com o novo, o exótico ou quem sabe com algo que supunham não mais existir, talvez um passado não muito distante de suas próprias nações que se não conheceram, provavelmente ouviram falar; por isso aquela Manaus lhes parecesse não de toda desconhecida, como afirma Ítalo Calvino (1990, p. 28): “Ao chegar a uma nova cidade, o viajante reencontra um passado que não lembrava existir: a surpresa daquilo que você deixou de ser ou deixou de possuir revela-se nos lugares estranhos, não nos conhecidos.”

Se estes passantes vibravam com a exuberância da floresta tropical e sua infinidade de plantas e animais, em sua maior parte desconhecida da comunidade científica, com a imensidão dos rios, que por vezes assemelhavam-se a um “interminável” mar, a cidade por sua vez, que lhes servia de porto e casa, impressionava-lhes viés oposto.

Sob sua ótica, Manaus emergia em um exotismo carregado de ironia, em que se notam impressões depreciativas no que tange principalmente a débil infra-estrutura urbana da capital. Esta, segundo Paul Marcoy (2001, p. 167), que passou por Manaus em 1847, “... seria pitoresco se não fosse absurdo”. O pitoresco e o absurdo respondem pela irregularidade do terreno, tão acentuados que os “morrinhos” chegam a ser mais altos que os telhados das casas. Desenhando as linhas urbanas do lugar o visitante francês comenta:

Uma longa avenida, larga e ondulada, estreitada aqui e acolá por muros desalinhados e sacadas proeminentes, corta a cidade de norte a sul. Algumas vielas saem desta rua em direção ao leste, a oeste há uma série de grandes espaços vazios. Três riachos providos de passarelas serpenteiam pela cidade.

As descrições dos outros viajantes seguem uma tônica semelhante. Descrevendo mais detalhadamente os meandros da paisagem urbana da jovem capital, o alemão Robert Avellemant (1980, p. 101) – visitante da cidade em 1859 – destila ironias mais contundentes em suas descrições: “As ruas da cidade, se é que se pode falar de ruas ou duma cidade, consistem em meros lanços, términos, esquinas e interrupções” e corroborando o terreno acidentado enfatizado por Marcoy, “Sobe-se e desce-se” ao se andar pelas ruas que, de acordo com o inglês Alfred Russel Wallace (1979, p. 109), hóspede da cidade entre 1849 e 1850, “... não tem qualquer tipo de calçamento. Ademais, são esburacadas e cheias de altos e baixos, tornando bem desagradável o ato de caminhar-se por elas a noite”.

Louis e Elisabeth Agassiz (1975, p. 174), por ocasião de um baile, testemunhariam a lama, o breu e a irregularidade das ruas daquela Manaus. Nas suas reminiscências lembram como tiveram que atravessar aos pulos as ruas tortuosas e enlameadas, sob a luz exclusiva de uma ou outra “lanterna de mão”: “Aqui e ali, pelo caminho, via-se, num canto de rua, surgir do escuro uma toailete saltando com cuidado por cima de poças de lama. Entretanto, quando todos haviam chegado, observei que nenhum dos vestidos sofrera com a caminhada”.

O que fica de mais significativo destas últimas descrições é a contestação da própria identidade de cidade da capital empreendida por Lallemand, em que ruas não são ruas, o que por consequência, cidade não é cidade.

Levando-se em conta o multifacetado conceito que insere o termo cidade, e que de fato ele não se prende a definições cunhadas por prismas simplistas, acreditamos estar falando e discutindo a respeito de uma forma de cidade. Forma que como defende o geógrafo Marcel Roncayolo (1986, p. 396), “... admite conteúdos variáveis”.

Sobre este sítio urbano descrito pelos viajantes, espriavam-se uns punhados de residências. Marcoy calcula um total de 147 casas “espaçosas e bem ventiladas, mas geralmente carentes de qualquer conforto e mobília” (2001, p.168), ademais, segundo Wallace, “de um só pavimento, cobertas de telhas vermelhas e assoalhadas de tijolos” (1979, p. 109). Nas anotações de Lallemand, flagra-se uma miscigenação de valores barrocos e nativos a respaldarem as formas das construções, “sólidos edifícios em estilo europeu e primitivas casas tapuias de barro” (1980, p. 100).

Encontramos também as formas do “porto de lenha”, na mensagem a Assembléia Legislativa de 1853 do segundo presidente da Província do Amazonas, Herculano Ferreira Penna. O presidente discrimina os casarios que compõem “Dentro dos limites da Cidade” – casa particulares, térreas e cobertas de telha (89), sobrado (08), em construção (18) e casas térreas, cobertas de palha (122) - e que dão conta de um total de 237 construções.

Em se tratando de prédios públicos, os seis que atendem a população (01 igreja, 01 Casa da Câmara Municipal, 01 Cadeia Pública, 01 Casa da Tesouraria, 01 da Recebedoria e 02 Quartéis) parecem querer refletir o quadro da capital, acanhada, convidativa apenas por sua geografia do exótico, tal como a “aldeia mal disfarçada” em cidade, pintada pelos viajantes.

Entre os prédios comerciais arrolados ainda neste documento destacam-se as 35 “lojas de fazendas, bebidas e outros generos” em que podemos incluir armazéns e tabernas (FALLA..., 1853, p.71-72). A atividade comercial, segundo Wallace, era praticada pelos “mais civilizados moradores da Barra”, sendo os “civilizados” formados quase que essencialmente por portugueses, como enfatiza os engenheiros alemães Franz Keller-

Leuzinger (apud BITTENCOURT, 1969, p. 23), na cidade em 1867 a serviço do Império para analisar as dificuldades do transporte no rio Madeira.

A cidade pinçada até aqui pouco diferiria das descrições de Lourenço da Silva Araújo e Amazonas que, prestava serviço militar na região em 1840, quando Manaus não passava de uma vila subordinada a Província do Pará. Sua fala potencializa as tonalidades do quadro urbano da Manaus que procuramos aqui reanimar, descrevendo a cidade com sua única praça e “dezesseis ruas, pela maior parte curtas e estreitas, e ainda por calçar e illuminar”, as casas com telhas e pilares de barro pouco confiáveis, de pouquíssimos sobrados, o comércio desprovido de grandes atrativos, possuindo em suas cercanias duas igrejas de construções “frágeis e destituída de architectura (...) hum armazém da arrecadação da Fazenda Nacional, huma olaria e algumas casas para a habitação dos empregados” (AMAZONAS, 1852, p. 112).

O cenário pouco mudaria na metade da década de 1860. Assim é que se reencontrou a capital à luz novamente das impressões de Elisabeth Agassiz (1975, p. 127) que, em uma das mais ácidas ironias, procurou definir a cidade de Manaus por sua arquitetura ou pela falta dela, despertando na forasteira um reles sentimento de pena e repulsa para com o local:

Que poderei dizer da cidade de Manaus? É um pequeno aglomerado de casas, metade das quais parecem prestes a cair em ruínas, e não se pode deixar de sorrir ao ver os castelos oscilantes decorados com o nome de edifícios públicos: Tesouraria, Câmara Legislativa, Correios, Alfândega, Presidência.

As descrições de Franz Keller-Leuzinger (apud BITTENCOURT, 1969, p. 23), também espelham esta cidade, que a duras penas conseguiria sustentar o título de cidade nada convidativa que, sob a luz das suas anotações, despontava como um tanto quanto sem função, sem importância, premida entre o rio e a floresta:

A despeito de seu pomposo título, Capital da Província do Amazonas, Manaus é uma **cidadezinha insignificante** de uns 3.000 habitantes. Ruas sem calçamento e pessimamente niveladas, casas baixas e cabanas de **construção a mais primitiva**, sem nenhum cuidado de beleza arquitetônica. [grifo nosso].

Enfim, um cenário pouco condizente com o “*status*” de uma urbe, capital de uma Província do Império brasileiro, cuja população, segundo o recenseamento de 1852, girava em torno de 5.081 habitantes.²

Uma capital de infra-estruturas débeis ou mesmo inexistentes, sem iluminação pública e calçamentos, ruas assimétricas e lamacentas, uma ou outra praça, os poucos prédios oficiais em ruínas, o próprio presidente da Província despachava em um sobrado alugado, os casarios particulares em que preponderava o barro e a palha, dispostos esparsos e desordenadamente sobre os limites de um diminuto espaço urbano.

Esboçando uma cartografia daquela Manaus identificamos de início, de oeste para leste, quatro bairros: São Vicente, Campina, Espírito Santo, Remédios, e posteriormente acrescido de outro denominado República, cujas fronteiras obedeciam estritamente ao curso de rios, igarapés e florestas, que mais do que paisagens naturais, assumiam para a cidade um valor de orientação de suas construções e de posicionamento de seus habitantes em seu interior; um traço cultural, signo de uma assinatura que delineava e conferia sentido de existência à cidade e de identidade aos seus moradores.

Os igarapés cercavam a cidade pelo leste com o igarapé da Cachoeirinha e de Manáos e pelo oeste com o da Cachoeira Grande e da Castelhana. Outros seis recortavam o interior da própria urbe, entre os quais se destacam os de São Vicente aterrado tanto em sua nascente, no bairro do Espírito Santo, quanto em sua foz e os totalmente extintos, Espírito Santo e dos Remédios, o primeiro daria lugar à Avenida Eduardo Ribeiro e o segundo a Avenida Treze de Maio (atual Getulio Vargas), ambas, ainda hoje, principais artérias centrais da capital.

Bairros, como Espírito Santo e São Vicente, tinham como chamariz um respectivo igarapé que provia em grande parte o sustento de seus moradores, que lhes servia de estrada e de banheiro; ou uma mata, como o bairro da Campina, onde pudessem caçar e retirar madeira para a construção de sua casa, de sua mesa e de seu fogão.

Estes constituintes naturais serviram como marcos fronteiroço para uma das primeiras delimitações geográficas da então Barra do Rio Negro em 1852 (antigo nome da cidade), elaborada por Bento Aranha (1990, p. 15), que delineou a seguinte cartografia para a cidade:

A área da capital do Amazonas estava circunscrita a uma pequena superfície, limitada ao Oriente pelo **igarapé** da Cachoeirinha, ao Ocidente pelo da Cachoeira Grande, ao norte pelas **matas** que tinham então a denominação de Campina, correndo na linha E.O. da cachoeira do Igarapé de São Vicente até

² É importante uma relativização do número, haja vista as sérias dificuldades dos trabalhos de estatísticas do período, ainda mais em se tratando de uma região de peculiar geografia como é o caso da Amazônia.

encontrar-se com o dos Remédios (ou Ig. do Aterro); e ao Sul, pelo **Rio Negro**. (Grifo nosso).

Manaus, afora um aumento bastante significativo de sua população durante a década de setenta do século XIX – o recenseamento de 1872 aponta para a capital da Província um total de 17.028 habitantes, ou seja, em vinte anos (1852-72) a população mais do que triplicou. O Lugar, a Vila, a Cidade praticamente permaneceria inerte até os limiares deste século, como se quisesse – como a “Zirma” do viajante Marco Pólo, vivificada por Calvino (1990, p. 23): “A cidade é redundante: repete-se para fixar alguma imagem na mente” – ³ fixar-se na memória de quem a via pela primeira vez a partir do rio.

É esta redundância que será colocada à prova, ferrenhamente combatida no momento da chamada “febre econômica” da borracha precipitada por conta de uma necessidade do produto pelo mercado internacional e que será responsável, a partir das últimas décadas do XIX, por uma profunda transformação na cidade e em sua sociedade.

São sobre estas transformações, que só foram possíveis graças aos vultosos dividendos angariados aos cofres públicos do Estado por conta da exportação para a Europa e Estados Unidos de borracha silvestre, bem como a construção de um discurso de *Belle époque* forjado no interior deste momento, que passaremos a discutir.

A invenção da belle époque baré.

... os velhos cartões-postais não representam a Maurília do passado mas uma outra cidade que por acaso também se chamava Maurília.

Ítalo Calvino

A “febre gomífera” é o momento em que se abre um flanco de guerra contra a “Zirma dos viajantes”, todos os esforços canalizam-se contra ela, que passou a ser uma referência do que a cidade agora não poderia mais ser. A “Maurília” olhava a “Zirma” no espelho e ainda que fossem a mesma cidade, a primeira se via apenas por nuances grosseiras e tortuosas. Um profundo sentimento de estranhamento começou a ser construído entre elas.

“Maurília” é outra das cidades insólitas de Calvino (1990, p. 30-31) em que o visitante é convidado a conhecer a cidade tanto por meio dos tradicionais passeios, como pelas imagens que lhes são apresentadas em cartões-postais durante a visita, estabelecendo um

³ Zirma é uma das muitas cidades invisíveis de Calvino. As cidades imaginárias do autor despontam dos relatos do viajante veneziano Marco Pólo. Caminhando em um limiar de insolidez e concretude, fitos da memória do navegador, Ítalo Calvino expõe representações dos espaços percorridos, possibilidades múltiplas de signos e significados que acabam por dar forma a cidades diferenciadas.

contraponto entre a Maurília-metrópole dos postais e a Maurília-provinciana que, no caso de Manaus, assume os contornos da “Zirma dos viajantes” do século XIX.⁴

Manaus, “aguardando” o seu futuro promissor, parecia ter encontrado sua concretização no fim deste século, quando da efervescência do mercado internacional de borracha. Promessas anunciadas em tons proféticos por Lallemand (1980, p. 102): “... tudo parecia esperar alguma coisa, que deveria dar o verdadeiro impulso. Até que essa qualquer coisa chegasse...”, a vida no “porto de lenha” seguiria em seus costumeiros ritmos e rumos.

As primeiras impressões historiográficas tecidas sobre o boom da borracha amazonense se agarrariam com unhas e dentes nesta “profecia”, acreditando no chamado “ouro negro”, o instrumento propiciador para que tal promessa fosse consumada, na medida em que a cidade agora, reconhecidamente, pólo mundial de exportação do látex, teria recursos para levar adiante os projetos de transformações (culturais e materiais) que tanto reclamaram os forasteiros da centúria anterior.

Em fins do XVIII o produto freqüentava a pauta das necessidades industriais européias na forma de calçados, roupas, brinquedos, vasilhames, sondas, seringas, etc. Momento que o historiador amazonense Antonio Loureiro (1985, p. 14) denominou de “fase das utilidades”,⁵ expandindo-se significativamente a partir de 1839 quando da criação da técnica de vulcanização do produto, que o tornava insensível à variação de temperatura, aumentando o valor comercial e utilidade industrial da borracha amazônica.

Depois de 1870, as propriedades isolantes da borracha começaram também a ser aproveitadas para o capeamento dos fios telefônicos e telégrafos, invenções do período. Ainda assim, as exportações permaneceram estáveis até a invenção do pneumático, aplicado primeiro as bicicletas, nova febre de transporte urbano europeu ainda no início da década de 1890 e em seguida (1900), com a dinamização na produção, nos veículos automotores.

De uma tímida participação na agenda das necessidades econômicas européias no início do XIX, nota-se uma gradativa intensificação nas exportações do produto, principalmente a partir da segunda metade deste século, quando a borracha passou a ser um dos ingredientes fundamentais para o êxito de algumas das principais invenções e aprimoramentos tecnológicos em uma Inglaterra mergulhada em sua segunda Revolução

⁴ O termo Baré, aludido no título do tópico, era uma das etnias indígenas que habitavam a área da futura cidade de Manaus e que seriam dizimadas quando da chegada do homem branco na região no final do século XVII.

⁵ Além desta “fase” o autor também identifica a “Fase dos Fios Condutores” e a “Fase dos Pneumáticos”, “... todas sucessivas, mas não estanques, pois os artigos da fase anterior continuavam a serem produzidos e consumidos nas fases seguintes”. Roberto Santos (1980, p. 42-43) ressalta a presença da borracha no continente americano já entre os nativos do atual Haiti. Na Amazônia, o látex foi de início observado pelos europeus no século XVIII. Em 1743 temos a descrição de Charles Marie La Condamine sobre a manipulação do produto pelos Omáguas ou Cambebas, nativos do rio Solimões.

Industrial e dos Estados Unidos e Alemanha que despontavam com um forte e crescente parque industrial, sobretudo automotor.

No final deste século, a economia dos países integrou-se de tal forma que assume um sentido de mercado global, uma geopolítica econômica em que o mercado internacional de produtos primários praticamente triplicou entre 1880 e 1913, concatenando pólos de produção da indústria primária nos recantos, até então, poucos prováveis do planeta como a Amazônia.

A economia da era dos impérios foi aquela em que Baku (no Azerbaijão) e a bacia do Donets (na Ucrânia) foram integradas à geografia mundial, ao passo que a Europa exportava tanto bens como moças a cidades novas como Johannesburgo Buenos Aires, e aquela em que **teatros de ópera foram erguidos sobre os ossos de índios em cidades nascidas do boom da borracha a 1600 quilômetros rio acima da foz do Amazonas.** (Hobsbawm 2001, p. 74, grifo nosso)

Neste contexto, as importações européias e norte-americanas de borracha avolumaram-se em virtude do acúmulo das necessidades do produto pelas indústrias químicas, farmacêuticas, elétricas e, finalmente, dos transportes urbanos; assumindo, a partir da última década do XIX, características de “boom” econômico para o Amazonas que, mesmo pagando tributos alfandegários ao porto de Belém – único, mas rico quinhão da economia gomífera que restou ao estado do Pará – até os primeiros anos do XX quando entra em operação o Porto Flutuante de Manaus, passou a usufruir de maiores dividendos nos negócios de exportação da borracha, contabilizando receitas até então impensáveis, mesmo para o mais otimistas dos políticos amazonenses.

Nestes termos, o *fin-de-siècle* local prometia, ao contrário das angústias que as despedidas costumeiramente suscitam, “... o que fazia a expressão soar como um final infeliz...” (WEBER, 1988, p. 11); e parece que viver de “promessas”, aliás, era uma das sinas da cidade. Juras, que em síntese, configuravam-se apenas como um desdobramento dos sentidos de civilização desejados tanto pelos políticos locais como pelos viajantes aqui trabalhados.

Prometia elevar a capital ao *status* de cidade moderna, uma “réplica” da Paris de Haussman, símbolo de cidade cosmopolita, deixando para trás a fisionomia de aldeia “mal disfarçada”, exaustivamente enfatizada por visitantes europeus do XIX. Prometia igualmente, redimir a sociedade manauense de modos de vida ultrapassados, um crônico “barbarismo” cultural que dentro daquela conjuntura assumia, mais do que nunca, contornos de uma “herança maldita” legada à sociedade da borracha pelo “primitivismo” da sociedade colonial.

Sob as luzes de uma historiografia tradicional, que delinearía as primeiras impressões deste momento, a promessa pareceu ser cumprida integralmente. Somente em meio a este foco é que podemos compreender a construção de discursos estereotipados que vivificariam a “Paris dos Trópicos”, a alcunha mais celebrada por aquela escrita da história e com a qual a cidade passou a ser costumeiramente referendada.

Seguindo também a tendência positivista, estes trabalhos apontam para divisões catedráticas estanques e solidamente delimitadas das tramas sociais, destacando exclusivamente os chamados grandes eventos, seus “vultos” históricos singulares, elegendo símbolos e monumentos como representações culturais únicas do processo histórico.

A vanguarda historiográfica local recaiu sob o punho de intelectuais que, em sua maioria, provinham de setores das classes sociais privilegiadas. Comumente, além de escritores, eram políticos influentes, militares de alta patente, médios e grandes comerciantes, empresários direta ou indiretamente ligados e dependentes do crescente negócio da borracha.

Seus trabalhos tenderam a refletir representações sociais que, quando muito, diziam respeito às experiências culturais vivificadas pelas classes médias e altas da cidade. Ainda que sejam anunciados tacitamente como trabalhos historiográficos, flagram-se impressões memorialistas em que Manaus “repõem-se” pela saudade que aqueles escritores cultivavam da sociedade e dos espaços compartilhados, elaborando quase que uma “autobiografia” das experiências culturais vividas, reminiscências saudosas da infância e da juventude que tendiam a levá-los a compreender aqueles instantes por conotações líricas e singelas.

O itinerário destas produções convida o leitor, tal como a “*Maurília*” de Calvino, a conhecer uma cidade por meio de postais, ressaltando aos olhos imagens congeladas em seu momento belo, cristalizando de um palco de representações, em luta por uma memória hegemônica, a Manaus faustica da borracha, saudosas e apologeticamente reverenciadas.

Para não decepcionar os habitantes, é necessário que o viajante louve a cidade dos cartões-postais e prefira-a a atual (...) reconhecendo a magnificência e a prosperidade da Maurília metrópole (...) enquanto antes, em presença da Maurília provinciana não se via absolutamente nada de gracioso... (CALVINO, 1990, p. 30.)

Sob as luzes desta historiografia, a “Manaus da borracha” assume de fato a função de um “divisor de águas” na trajetória histórica da cidade que, patrocinada pelos novos e generosos dividendos, pôde libertar-se de seu rústico “casulo” colonial e transverter-se na cintilante “borboleta” da *belle époque* baré.

“Belos tempos” que conseguem perdurar no Amazonas por conta, sobretudo, de uma historiografia investigativa local ainda em seus primeiros passos. Entretanto, olhando para o curto caminho desta historiografia no Estado, flagramos alguns passos mais resolutos e estas pegadas nos levam sem dúvida ao trabalho pioneiro da historiadora Ednéa Mascarenhas Dias que, publicado em 1988, foi o primeiro a propor uma investigação crítica do fausto gomífero manauense. Veio precursor de investigação histórica do qual vários outros trabalhos posteriores são sem dúvida tributários.⁶

Todavia, a “batuta” historiográfica local de tons apologéticos e ufanistas ainda consegue reger atualmente os rumos e ritmos da historiografia amazonense; especialmente no que tange a historiografia da “Manaus da borracha” que, apesar dos esforços pioneiros, permanece como um conceito que se naturalizou a partir de um sistema monolítico, cuja segurança e comodidade teórica continuam atraindo o trabalho de vários intelectuais locais.

Nestes termos, a Manaus do início do século XX passa a ter contornos e limites pré-estabelecidos, para além dos quais as histórias teriam pouco significado e querer excursionar para além destas margens se torna uma missão das mais árduas e espinhosas. Seu itinerário serpenteia tão somente entre os marcos e as experiências que corroborem com os símbolos de magnificências da *belle époque* manauense.

É, por exemplo, este o sentido da incursão das pesquisas do norte-americano E. Bradford Burns (1966, p. 06) sobre o cotidiano da cidade em 1910 (último auge da empresa gomífera amazonense). Seu roteiro é significativo, deixando o porto da cidade, os recém chegados à capital se deparavam com a Praça do Comércio “limpa” e “arborizada”, em seguida, já na área central, detalha os meandros arquitetônicos da urbe, pontuando respectivamente a Igreja Matriz, o Palácio do Governo, o Teatro Amazonas, a Biblioteca Estadual e o Grande Hotel.⁷ Antes, extasiando-se com a “cidade altamente próspera”, comenta o: “... excelente sistema portuário, um serviço de coleta e disposição de lixo eficiente, eletricidade, serviços telefônicos, belos edifícios, residências confortáveis, atestam o estado de modernidade da cidade”.

Itinerário semelhante segue o historiador Agnello Bittencourt (1969, p. 40 e 83), um dos expoentes desta vanguarda historiográfica local, para quem os “belos tempos” de outrora são margeados pela suntuosidade das construções vivificadas exclusivamente por uma classe de “notáveis”, cristalizando a sua “... galeria enorme de vultos e de fatos...” que conferiram nobreza aos novos signos da cidade, cuja população, como sustenta o autor, “vivia à

⁶ Como exemplo de trabalhos posteriores, cf. PINHEIRO, 1997; COSTA, F. D. S., 1997 e SOUZA, 2005.

⁷ O trabalho é fruto de duas viagens do escritor a cidade em 1960 e 1963, quando então realizou suas pesquisas.

européia”, atestado pela abundância e a fineza da prataria e dos cristais “Baccarat e da porcelana de Limoges” de suas residências: “A partir daí, a cidade atinge o apogeu da (também muito sua) *belle époque* – lindos prédios, ruas bem pavimentadas com seus batentes e calçadas em mármore de Lioz, iluminação férrea, luxo e até esbanjamento”.

Continuando o diálogo com Bittencourt, era imperioso a esta “velha guarda” ressaltar o contraponto entre a cidade flagrada pelos viajantes, símbolo da “barbárie” e a que se constituirá a partir da efervescência na produção gomífera, ícone do civilizado. O historiador, utilizando-se de lembranças próprias, elabora um perfil desta cidade balizada agora pelo o “antes” e o “depois”: “Acompanhei de perto toda esta remodelação. Mais adiante, **pouco haveria da cidade velha**, da ampla aldeia...” (grifo nosso) onde, como relembra, existia um “capinzal” no lugar da futura Praça de São Sebastião. E, em meio a uma atmosfera de nostalgia, conclui: “Longe vai a época (...) da grande aldeia em que nasci; da Manaus faceira do início do século XX”.

O olhar de um dos mais renomados intelectuais da época, Frederico José de Santa-Anna Nery, o barão de Santa-Anna Nery (1979, p. 104-105), que esteve na cidade em 1899, também captaria apenas os símbolos magníficos desta. Por vezes, os traços delineiam quase que uma cidade de sonhos na qual o barão teria aportado. Os devaneios do barão:

Manaus hoje, graças principalmente ao Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro (...) tornou-se uma bela cidade (...) Grandes avenidas, largas e arborizadas, que com o tempo se transformarão em esplendidos boulevares, cortam o bairro central, e fontes decorativas começam a refrescar a cidade. Dois belos jardins guarnecem este bairro. A pavimentação das ruas se completa aos poucos (...). Belas pontes, algumas de ferro, sucederam as pobres passarelas.

Somente por meio destas construções é que podemos acreditar na existência da *belle époque* baré faustosa, luxuosa e perdulária. Zelosamente construída a partir de uma memória dominante que se cristalizou nas páginas destas produções historiográficas, acabando por quase que adestrar as lembranças das sociedades futuras no Amazonas.

À margem de leituras que pleiteiam uma unilateralidade histórica propomos a possibilidade de uma cidade mais ordinária, com um plural de vivências mais cruentas que permita uma breve amostra de uma urbe que não aparece nas histórias do professor, do historiador e do barão.

Para tanto, serão confrontados os índices sociais obtidos na coluna jornalística intitulada “Queixas do Povo”, veiculada no periódico amazonense *Jornal do Comércio*.⁸ Dialogando com a coluna, vamos nos prender ao centro da Manaus de 1910 (local para onde concorreram as grandes mudanças urbanas) vivenciada pelo historiador Bittencourt, a época também prefeito da cidade e igualmente a urbe para onde se volta os estudos de Burns.

Um “... enormes valas abertas...” pela *Improvements* (concessionária dos serviços de água e esgoto) se não incomodaram os intelectuais acima, representaram um perigo para os moradores de uma das ruas mais centrais, a Lima Bacuri, levando-os a relatar o caso ao jornal. Bem próximo ao perímetro do festejado “teatro de Burns”, na rua Dez de Julho – entre as ruas Treze de Maio e Barroso – a falta de luz constante e uma “... grande e profunda bocca de esgoto...” aberta também não lhes chamou a atenção. Nem tão pouco, continuando próximo ao teatro, nas esquinas das ruas Barroso e Saldanha Marinho, deve ter incomodado o prefeito o “... máo estado hygienico em que se acha uma estância de moradia...”, de onde, segundo os moradores, se desprendia um odor insuportável.

Com certeza Bittencourt não sentiu os graves problemas de falta de água na cidade, uma constante no período; ainda que provavelmente, na condição de chefe do município, soube que a mais famosa das avenidas de Manaus, a Eduardo Ribeiro, há dias estava sem o “precioso liquido”, alguns moradores de lá sabiam; tal como os das ruas Izabel e Leonardo Malcher, sofrendo com a “pequena quantidade” de água que chegava as suas torneiras e em “horários impróprios”. Estes “pequenos” dramas urbanos também não sensibilizaram as atenções de Burns.

Se Burns se encantou com a Praça do Comércio, talvez não tivesse a mesma impressão caso visitasse duas outras praças centrais, a igualmente famosa Praça da Constituição que, como lamenta “um chefe de família” queixoso, não tinha “... nem luz e nem bancos...” e, mais ao sul, a Praça dos Remédios na qual o acúmulo de lixo resultava em terrível “má cheiro”, reclamado pelos moradores; mas com certeza, caso tivesse dado uma “passada” por ali, escutaria os “... tiros de revólver...” que todas as noites de botequins próximos eram disparados, amedrontando os vizinhos que constantemente reclamavam ao *Jornal do Comércio*.

⁸ A coluna começou a ser publicada em 1908 e se manteve ativa até os anos trinta. Acolhia reclamações dos moradores menos abastados de Manaus que prioritariamente se queixavam dos problemas nos serviços públicos: saneamento, água, transporte e segurança. Foi basicamente uma discussão mais aprofundada desta nota jornalística que animou o meu citado trabalho de mestrado. Todas as citações jornalísticas que seguem são oriundas de algumas “Queixas do Povo” publicadas no ano de 1910. Material jornalístico encontrado nos arquivos: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Biblioteca Pública do Estado do Amazonas e Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas.

Nas “franjas” deste centro “faustico”, a vida dos seus moradores não tinha nada de “à européia”, como os da rua Visconde de Porto Alegre, obrigados a ter que dividir o espaço com um “... bando de porcos...”; nas ruas Luiz Antony e Ramos Ferreira um morador não agüentava mais o “... cano de exgotto entupido...” de alguns prédios, suspeito de ser o causador das febres palustres pela vizinhança. Nesta última via pública, os moradores conviviam com o fétido de um “... cavallo que se acha morto há três dias” e finalmente na rua Dez de Julho, novamente próximo ao teatro Amazonas, o “mão cheiro” de uma cocheira de nome Zamith, que segundo os vizinhos ameaçava “suas saúdes”, não devia ter nada da *belle époque* linda e sã que Bittencourt e seus pares entusiasticamente sustentavam.

A Manaus da borracha, sob o lume deste modelo de escrita de história, é apresentada como um espaço de civilização em marcha, no qual se procurava delinear o abismo fragoroso que passou a separar civilidade e barbárie, progresso e arcaísmo, natureza e cultura. Apresenta-se a cidade como se ela travasse uma luta incessante para se libertar do seu passado de Lugar, Vila ou Capitania, que a mantinha presa a sociedades humanas consideradas sócio, cultural e economicamente atrasada.

O “tudo estava por se fazer”, expressão comumente utilizada pelos estudiosos do período, sinaliza com propriedades a urgência da “aldeia” de outrora por transformações estruturais e humanas, trilhando assim o caminho da prosperidade, ao fim do qual credenciaria a cidade ao *status* de urbe progressista bela e higiênica, tal como se disseminava entre o imaginário burguês, principalmente políticos e médicos da época.

As próprias impressões dos viajantes foram apreendidas a luz desta historiografia ufanista, no sentido de respaldar estes dois momentos diferenciados, experimentados pela cidade que, como relembra o historiador amazonense Luiz de Miranda Corrêa (1969, p. 30):

Nem mesmo a condição de Província do Império conseguiria acordar o **sonolento burgo**, espreado entre os igarapés de São Raimundo e do Espírito Santo. A cidade era mais um aglomerado de casebres e taperas em que três ou quatro edifícios com certa monumentalidade indicavam tratar-se de uma capital provincial. Os visitantes estrangeiros que por lá passavam, registravam sua decepção, e os norte-americanos, Elizabeth e Louis Agassiz nos deixaram um precioso depoimento da Manaus daqueles dias, em que a pobreza dos prédios públicos, a desordem no arruamento, e a insignificância das construções particulares chegavam a ser chocante para a sensibilidade daqueles estrangeiros de bom gosto. [grifo nosso]

E mais adiante conclui: “Assim era Manaus ao entrar na última década do século XIX. Apenas uma aldeia erguida à categoria de capital de província”.

A população, segundo defende o mesmo autor, mais do que educada, precisava ser incorporada em um processo civilizador, o que lhe facultaria a passagem “... de um estágio primitivo para os requintes da civilização européia...”, obedecendo a um plano harmônico de convivências previamente arquitetadas, tendo como objetivo final, sobrepujar “... a força da rotina e da tradição”. (1966, p. 51; 64 e 1969, p. 33)

Uma questão cultural que sinalizava para uma sociedade que, em seu cotidiano, ainda continuaria cultivando padrões de comportamento como os banhos e as lavagens de roupas nos igarapés, os passeios de canoa, a criação de animais pelas ruas e vielas, enfim, o peixe, a rede e a farinha, denunciados por uma historiografia tradicional como descompassados com os novos ditames sócio-culturais importados da Europa e vivificados por uma revigorada classe de “novos” ricos – mandatários no sistema de coleta e exportação da borracha, quase todos, direta ou indiretamente, ligados e dependentes do capital estrangeiro.

A “força da rotina e da tradição” que os mencionados comportamentos sustentavam e revigoravam, constitui uma tendência que, segundo alegavam, atravancavam o caminhar da sociedade da borracha em direção ao progresso. Por isso deveria ser vencida ou ao menos escamoteada em pró dos “requintes da sociedade européia”, estes sim, as experiências culturais que deveriam dar sentido a uma comunidade diferenciada daquela e da qual o modelo de *belle époque* construído foi pródigo também em forjar personagens próprios.

Esta “nova sociedade” se alicerçaria sobre sujeitos sociais perfeitamente identificáveis, dando vida a um campo de relações sociais dicotômicos verticalizados, como as que mediavam às interações seringalistas/seringueiros, o primeiro freqüentemente aludido na celebrada imagem do “barão da borracha”, e o segundo na figura do bronco caboclo amazônico ou do depauperado nordestino. Espaços sociais estes em que unicamente se processariam tensões e conflitos de classe.

A própria figura feminina forjou-se sob lentes igualmente estereotipadas, que procuravam iluminar em um extremo as senhoras dos palacetes de luxo, mulheres da melhor estirpe; e no outro as polacas e, especialmente, as “*cocotes*” e “*mademoiselles*” de um glamoroso meretrício que muito “... contribuíram para alimentar a fama de cidade do prazer...” que Manaus também passou a sustentar no período com suas “Louras, elegantes, vestidas em Paris, usando jóias e perfumes raros, falando francês com acento forte e sensual” (CORRÊA, 1966, p. 56 e 1969, p. 33-34). Um jogo de sedução e sobrevivência que tinha como alvo, despertar a cobiça dos “barões da borracha”, seus únicos parceiros e cúmplices na cidade lúdica.

Nesta “Manaus dos prazeres”, de “... cocotes que nos chegavam de Lodz (...) ‘polacas’ da zona do meretrício e ‘mademoiselles’ dos cafés cantantes...”, a decantada “Paris dos trópicos”, alinhavava-se como um espaço aprazível para se viver, criar filhos, promissora para os negócios; uma cidade de sonhos, digna por isto das maiores honrarias historiográficas, como tão efusivamente descreve Genesino Braga (1995, p. 23 e 152):

... Cidade-jardim, cidade-folhagem, cidade variegada de folhas e de flores, suas praças, seus bulevares, suas avenidas, são acanteirados, são renquiados, são adornados de plantas coloridas, folhagens de cores várias, formando aléias e alamedas extensas, longos tapetes de relva fofa, de trevos crespos, de graminhas eriçadas, desenrolados ao longo das vias largas, como se arrumadas para saudar a passagem da Rainha Manoa.

Nenhuma luz sobre as outras mulheres (donas de casa, operárias, prostitutas) e outros campos sociais de luta e disputa, estas temáticas, estas “pequenas histórias” sinalizadas nas “Queixas do Povo” (trabalhadas acima), em suas cruezas cotidianas de vidas mais ordinárias, não tem vez nesta macro história oficial.

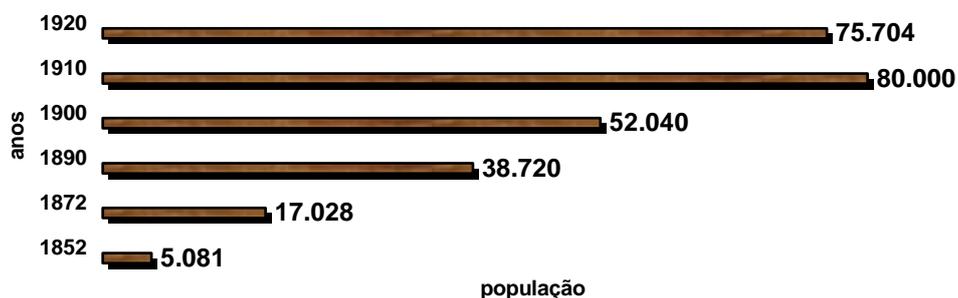
Uma sociedade que, segundo as autoridades gerenciadoras das transformações, não admitiria mais capinzais, caminhos, pontes e prédios arruinados de madeira, a nudez dos banhos de igarapé, o ócio da rede e a “intromissão” sem controle da natureza nos cantos e recantos da cidade. Nos cartões postais da “*Maurília*” dos historiadores tradicionais, estas imagens não existem, foram substituídas:

... velhos cartões postais ilustrados que mostram como esta cidade havia sido: a praça idêntica mas com uma galinha no lugar da estação de ônibus, o coreto no lugar do viaduto, duas moças com sombrinhas brancas no lugar da fábrica de explosivos”. (CALVINO, 1990, p. 30)

A cidade precisava urgentemente diferenciar-se da “*Zirma*”, fazer jus à condição de pólo central das exportações de goma elástica que se tornara. Este caminho, ao contrário do que sustentam os historiadores clássicos, foi extremamente tortuoso, disputado e por vezes logrou contundentes derrotas, muitas das quais flagradas nas quase mil e duzentas *Queixas do Povo* trabalhadas ao longo do nosso mestrado e que trazem o lume de uma Manaus pouca, ou nada, sintonizada as belas formas da “*Maurília*”.

Entre 1872 e 1900 a população de Manaus mais que triplicou e a escalada continuou até 1910, último auge da borracha, quando atingiu oitenta mil habitantes, sofrendo um pequeno retrocesso em 1920, já em meio à crise econômica. O gráfico a seguir expõe mais organizadamente as cifras comentadas:

Gráfico I: Demonstrativo Populacional



Fonte: Ano 1852 Censo Populacional (FALLA..., 1853. Os outros anos, cf. PINHEIRO, 1997, p. 64.

O perímetro central era a área de maior concentração das atividades de remodelação para onde demandava prioritariamente os serviços de infra-estrutura como terraplanagem, iluminação, saneamento e segurança, fundamentais para que a atividade comercial pudesse fluir sem os atropelos de caminhos rugosos, tortuosos, mal iluminados e inseguros, que dificultariam ou mesmo impediriam o estabelecimento das casas aviadoras, bancos, lojas, olarias, padarias, tabernas, kiosques, oficinas diversas (automóveis, ourives, funileiro, sapateiro), restaurantes, confeitarias e uma infinidade de estabelecimentos comerciais que convergiram para a capital tão logo esta se mostrou sedutora.

O Almanaque do Amazonas de 1895, nestes termos, é bastante elucidativo e serve igualmente como um profícuo material para nos aproximarmos da urbe pulsante que parecia não poupar esforços para que seus objetivos fossem alcançados.

Pululavam em Manaus profissões antes extremamente tímidas, como advogados, professores particulares, tipógrafos, engenheiros, empreiteiros de obras e principalmente negociantes de borracha. Outras que nem mesmo existiam – agentes de companhias de seguros, mecânicos de carro e ourives – passam a fazer parte da rotina de serviços da cidade.

Era além de tudo ponto de desembarque de mercadorias, línguas, livros, modas, de saberes outros e novos que passavam a interagir/confrontar-se com a cultura local. Porta de entrada da cidade para viajantes, negociantes e imigrantes, atraídos pelos sonhos de riqueza que a cidade, segundo uma propaganda ufanista patrocinada pelas próprias autoridades políticas do Estado, parecia poder realizar.

O governador José Cardoso Ramalho Junior, em mensagem de 10 de julho de 1900, oferece uma representação desta capital, cuja importância justifica-se, segundo o político, pelo fato de ser ela o centro irradiador de progresso, referência centrípeta do Estado, para onde deveriam convergir as atenções e os esforços transformadores dos poderes públicos:

Uma **capital é um núcleo** de população onde se encontra a parte dirigente de um povo e dotá-lo de melhoramentos é trabalhar pela causa pública. **Das grandes cidades é que a vida irradia** para os territórios do centro **é que parte força para a circunferência**, nem se conhece civilização em que as cidades deixassem de representar tal papel. Mas uma capital não é simplesmente um ponto de estada para os homens, precisa, a par das necessidades satisfeitas da vida animal, de conceder prazeres de ordem superior aos seus habitantes e visitantes, com esta compreensão trabalhou o meu governo pelo embelezamento de Manaus não julgando improdutivas as despesas a esse fim consagradas. **O estrangeiro julga sempre um país pela sua capital**: se esta o atrai, está sempre disposto, ou a consagrar-lhe sua atividade, ou, quando de volta a sua pátria, fazer-lhe referências que determinem compatriotas seus a emigrarem para o país enaltecido. Tudo que se faça pelo embelezamento da capital do Amazonas, à primeira vista parecendo obra supérflua, é de resultado. (p. 29, grifo nosso).

O olhar técnico dos urbanistas recortou o centro da cidade, multiplicando o número de ruas, alargando antigas vielas como a tortuosa e estreita Municipal (atual Sete de Setembro), a “fedorenta” passagem da Matriz (hoje Lobo d’Almada) e a Joaquim Nabuco, destinada a ser o local de moradia de uma minoria enriquecida, os grandes seringalistas endinheirados com os negócios da borracha.

Tanto quanto expandir a malha urbana, também era de vital importância disciplinar as feições e as dimensões, imprimindo-lhe um caráter científico, dotando-a de um sentido cartesiano dos espaços, planejado aos moldes do que apregoavam os manuais urbanísticos, de inspiração franco-inglesa, em voga no momento, era preciso, enfim domar a natureza que ainda impelia os limites e as formas da urbe.

Assim, o Código Municipal de 1893, em seu artigo 3º, tenta padronizar essa expansão visando apagar da cidade o “*absurdo*” das irregularidades de seu terreno, de um cenário de “*sobe e desce*” enfatizada pelos viajantes do século prestes a findar: “As ruas de novo abertas e as que ainda não estão edificadas terão a largura de 30 metros e serão em linha reta. Os quarteirões terão 132 metros de lado, ...”

A Lei nº 12, de 01 de Outubro de 1892, autorizou o aterro de Igarapés como o Espírito Santo, o dos Remédios e o da Praça Cinco de Setembro, sobre os quais grandes e largas avenidas como a Treze de Maio e Eduardo Ribeiro “rasgam” a cidade, esta última, corta a capital do sul, partindo do litoral, nas imediações da Catedral de Nossa Senhora da Conceição, ao norte, ponto principal para onde convergem os principais estabelecimentos bancários, comerciais e de prestação de vários outros serviços urbanos da capital.

Antigos bairros centrais que, segundo sustentam os organizadores do Almanaque de 1895, não passavam de “... núcleos deletérios [que] desapareceram para todo o sempre” (D’ATHAYDE; OLIVEIRA, 1895, p. 142), como o da Campina e Espírito Santo, que tinham aqueles igarapés como referências materiais e culturais, em meio a este processo são tragados por uma nova concepção técnica funcional dos espaços, estética do belo e aprazível da arquitetura das construções.

Outros, por sua vez, são criados: São Raimundo, Constantinópolis, Cachoeirinha, Tocos, Flores, Colônia Oliveira Machado e Mocó. Em sua maioria eram habitados por uma população que não tinha condições de bancar moradias no centro, por conta, principalmente, da especulação imobiliária sobre os agora valorizados terrenos centrais e pelas imposições legais do município quanto aos padrões de moradia bastante encarecidos nestes locais.

Foi nos nascentes bairros que também grande número de imigrantes nacionais estabeleceu moradias, principalmente nordestinos depauperados pelos flagelos sociais e econômicos da seca e do coronelismo, que desde 1870 começaram a imigrar para a região, números que se adensam ainda mais entre os anos de 1890 e 1900 e mesmo na chamada crise da borracha amazônica, em 1915, ainda registra-se a chegada de grande leva destes nacionais.

O médico sanitarista Hermenegildo Campos (apud COSTA, F. D. S, 1997, p, 92), informando o ritmo de povoamento das áreas urbanas e suburbanas de Manaus, oferece uma representação de uma cidade que crescia, transformava-se, mas não impunemente.

Manaus aumenta espantosamente. Em 1903 havia no perímetro urbano e suburbano 5500 casas, relacionadas para o imposto predial, não se incluindo muitas barracas cobertas de palha e fechadas ou com tábuas de caixas de querosene, de batatas, ou com folhas de latas cortadas: barracas onde residiam pobres com numerosa família. Desde o referido ano, até fins de 1907, povoou-se o bairro dos Educandos, a Vila Municipal, construíram-se inúmeras casas e barracas em todas as ruas no perímetro urbano e suburbano, calculamos em 1000, não só as relacionadas, como as não relacionadas pela Intendência. Há na cidade muitas casas de alugar quartos, muitos hotéis fornecendo cômodos, vários colégios, quartéis e inúmeros cortiços...

Os médicos, higienistas, arquitetos gerentes também neste processo, por seu turno passam a classificar o modo de vida local pelo prisma do limpo e do sujo, do doente e do são. O Decreto nº 106 de 22 de Maio de 1891, cria a Junta de Higiene que passa a organizar os serviços sanitários na cidade.

Adotou-se toda uma linguagem científica para condenar as moradias de palha e barro ou qualquer outra que não estivesse de acordo com as regras de construção ditadas por um cientificismo urbano, tanto quanto antiestéticas e chamarizes do feio e do grosseiro,

concorriam agora como um foco potencial de doenças e combatidas do centro que se queria requintado, toleradas apenas nos arrabaldes mais distantes deste.

Nestes termos, prédios e terrenos que “... embarcem o embelezamento da cidade”, como os prédios da rua Matriz, “... viella immunda (...) ultimo vestígio de Manáos antiga...”, praça Tamandaré e avenida Floriano Peixoto são desapropriadas por força de lei. Leis, aliás, que como salienta o Superintendente Municipal Adolpho G. de Miranda Lisboa deviam ser constantemente atualizadas no sentido de obrigar “... aos constructores eliminar das suas plantas as celebres pousadas que tanto prejudicam o arejo directo dos quartos e alcovas” (MENSAGEM..., 1904, p. 07 e 1906, p. 05).

No imaginário médico da época, a assepsia da urbe era também diretamente proporcional à arquitetura padronizada das construções, como sustenta na mesma mensagem, o superintendente Adolpho Lisboa: “... a maior parte das molestias que flagellam o povo, é muitas vezes motivada pelas condições anti-hygienicas das habitações”, das quais dependia também a qualidade do próprio ar.

Os maus cheiros tanto eram indicativos de doenças, como símbolos de hábitos nefastos, daí a luta incessante contra os esgotos a céu aberto, águas estagnadas, lixo, mato e a lama. Os odores passam também a ser “termômetros”, podendo indicar o nível de urbanidade e civilidade em que se encontravam as cidades.

Manaus espraiava-se tanto em direção ao norte como para além do rio, interligada por pontes de ferro e por avenidas sobre igarapés totalmente assoreados, multiplicada em números de ruas, praças e avenidas, por onde circulava uma população que não parava mais de se avolumar; momento quando a capital sofre o seu primeiro “inchaço” demográfico.

A Manaus de hoje, em suas feições e limites, com certeza tem origem neste momento de intensa retransformação dos antigos limites coloniais que, tanto quanto tradicionais costumes e saberes, ainda insistiam em se mostrar, como se lançasse cotidianamente um desafio às novas posturas de reconfigurações dos espaços e das normatizações dos costumes.

É com esta cidade pulsante – que se queria moderna, bela e branca e, no entanto, ainda lidava com antigos “ranços” coloniais tapuias; “fantasmas” que se mostravam muito vivos para o desespero das autoridades – que o escritor Euclides da Cunha vai se deparar em sua estadia nos anos de 1904/1905.

Por meio de suas cartas flagramos uma cidade de identidade confusa, um tanto perdida ou mesmo premeida entre dois mundos: a “Zirma” dos viajantes, cidade mestiça, tacanha e rústica e a “Maurília” dos historiadores, urbe branca, próspera e moderna. O romancista de

“Os Sertões” escreve a Domício da Gama (*apud* BRAGA, 2002, p. 43), amigo e companheiro da Academia Brasileira de Letras, descrevendo a cidade sob a luz dos seguintes tons:

... caí na vulgaridade de uma cidade estritamente comercial de aviadores solertes, zangões vertiginosos e ingleses de sapatos brancos. Comercial e insuportável. O **crescimento abrupto** levantou-se de chofre fazendo que trouxesse, aqui, ali, salteadamente, entre as roupagens civilizadoras, os **restos** das tangas esfiapadas dos tapuias. **Cidade meio caipira, meio européia**, onde o tejupar se achata ao lado de palácios e o cosmopolitismo exagerado põe ao lado do *yankee* espigado (...) o seringueiro achamboado, a impressão que ela nos incute é a de uma maloca transformada em *Grand*. (Grifo nosso)

Referências Bibliográficas

- AGASSIZ, Louis e Elisabeth. *Viagem ao Brasil*. São Paulo: Edusp, 1975.
- AMAZONAS, Lourenço da Silva Araújo e. *Dicionário Topográfico, Histórico, Descritivo do Alto Amazonas*. Recife: Typographia Commercial de Meira Enriques, 1852.
- AVE-LALLEMANT, Robert. *No rio Amazonas*. São Paulo: EDUSP, 1980.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BITTENCOURT, Agnello. *Fundação de Manaus: Pródromos e Sequências*. Manaus: Sérgio Cardoso, 1969.
- BRAGA, Robério. *Euclides da Cunha no Amazonas*. Manaus: Valer, 2002.
- BRAGA, Genesino. *Chão e Graça de Manaus*. 3ª edição, Manaus: GRAFITEC Ltda, 1995.
- BURNS, E. Bradford. *Manaus, 1910: retrato de uma cidade em expansão*. Manaus: Secretaria de Imprensa e Divulgação do Estado do Amazonas, 1966.
- CALVINO, Ítalo. *As Cidades Invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CORRÊA, Luiz de Miranda. *O Nascimento de uma Cidade (Manaus, 1890 a 1900)*. Manaus: Sérgio Cardoso, 1966.
- _____. *Roteiro Histórico e Sentimental da Cidade do Rio Negro*. Manaus: Artenova Ltda, 1969.
- COSTA, Francisca Deusa Sena. *Quando Viver Ameaça a Ordem Urbana*. Dissertação de mestrado: São Paulo, PUC, 1997.
- COSTA, Hideraldo Lima da. Tensões sócios-culturais na Manaus de meados do século XIX – discurso dos viajantes. In: *Sesquicentenário da elevação de Manaus a categoria de cidade (1848-1998)*. Manaus: EDUA, 1995.
- D'ATHAYDE, José Feliciano Augusto e OLIVEIRA, Arthur Cardoso de. Parte Histórica. In: *Almanach do Amazonas de 1895*. Manaus: TYP. do Amazonas 1895.
- DIAS, Ednea Mascarenhas. *A Ilusão do Fausto: Manaus, 1890-1920*. Manaus: Valer, 1999.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. 2v, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- FALLA do Presidente da Província Herculano Ferreira Penna em 1/10/1853, Biblioteca Pública do Estado do Amazonas.
- HOBBSAWM, Eric J. *A Era dos Impérios: 1875-1914*. 6ª edição Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
- LOUREIRO, Antônio José Souto. *A Grande Crise (1908-1916)*. Manaus: T. Loureiro & Cia, 1985.

- MARCOY, Paul. *Viagem pelo rio Amazonas*. Manaus: EDUA, 2001.
- MENSAGEM, Dr. João Coelho de Miranda Leão. Superintendente em 15/08/1904, Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas
- MENSAGEM, Adolpho G. de Miranda Lisboa. Superintendente em 15/05/1906, Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas.
- MOREIRA NETO, Carlos Araújo. *Índios da Amazônia: de minoria a maioria (1750-1850)*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- NERY, Barão Santa-Anna De. *O País das Amazonas*. São Paulo: Itatiaia, 1979.
- PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A Cidade Sobre os Ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus (1899-1925)*. Dissertação de mestrado: São Paulo, PUC, 1997.
- RONCAYOLO, Marcel. Cidade. *Biblioteca Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1986.
- SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. *História Econômica da Amazônia: 1800-1920*. São Paulo: T. A. Queiroz Ltda, 1980.
- SOUZA, Leno José Barata. *Vivência Popular na Imprensa Amazonense: Manaus da borracha (1908-1917)*. Dissertação de mestrado: São Paulo, PUC, 2005.
- TENREIRO ARANHA, Bento de Figueiredo. *Um Olhar Pelo Passado*. Manaus: Prefeitura Municipal/GRAFIMA, 1990.
- WALLACE, Alfred Russel. *Viagens pelos rios Amazonas e Negro*. São Paulo: EDUSP, 1979.
- WEBER, Eugen Joseph. *França fin-de-siecle*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.